

Retrato da grande crise

Pode-se dizer que é consenso na sociedade brasileira considerar a Educação como prioridade básica. A Fundação Seade, em fevereiro último, publicou pesquisa em que se assinalava que, apesar de todos os prejuízos causados ao orçamento doméstico, mesmo a família com renda de até um salário mínimo não mede esforços para mandar o filho à escola. O Estado brasileiro, ao que parece, não entendeu essa mensagem. Nem assimilou essa clara definição de demanda social. Quando se analisam os resultados do seminário organizado pelo Banco Mundial, apoiado pela ONU, para investigar as razões do que se poderia chamar do estado atual da Educação brasileira, fica-se com uma certeza: recursos para o setor existem; o que não está muito preciso é quem os controla e o rumo que a eles se dá.

Esse é o ponto. É quase lugar-comum falar na falta de verbas. Na primeira semana deste ano, o ministro Carlos Chiarelli garantiu vultosos recursos para o setor. Em fevereiro, S. Exa. anunciou que, dada a impossibilidade de inspecionar

calizaria o emprego das verbas por sorteio, em amostragem. Em março, anunciou-se a fiscalização de convênio por convênio. Quanto a fiscalização vai custar? E, mais, com base em que critérios foram assinados tantos convênios? Para os que preferem verdades estatísticas, estudo do Ipea de 1987 demonstrava que, de cada Cz\$ 100 destinados à Educação, a sala de aula recebia apenas Cz\$ 52, perdendo-se o restante nos chamados "meandros burocráticos". Por isso, a primeira conclusão do seminário do Bird — de que mais dinheiro em Educação é desperdício se os gastos não forem feitos com cuidado — está rigorosamente atualizada e dentro da realidade brasileira.

Um outro dado do seminário merece atenção: quantidade em Educação é importante, mas não é tudo. Exibir números de escolas construídas e aumento no número de matrículas pode significar a repetição monótona de que o sistema educacional cresceu, mas não educa. Em 1989, estudo da Fundação Carlos Chagas dizia que "em São Paulo o nível dos alunos é tão baixo quanto no Nordeste". Insistir

nos dados estatísticos da evasão escolar — menos de 20% dos matriculados chegam ao fim do primeiro grau — não significa dizer que os brasileiros que transitaram pelas redes de Educação pública estão educados. O seminário internacional tocou no ponto essencial do problema: este malogro generalizado do processo educacional inibe a mobilidade social. Um estudo apresentado na ocasião chamou atenção para o fato de que esse malogro cria "um improviso nas qualificações necessárias", afetando essencialmente o mundo do trabalho. Bem pensadas as coisas, seria o caso de perguntar se a primeira dessas "qualificações improvisadas" não atingiu exatamente, ao longo de toda a década de 70, a profissão de professor, com resultados perversos para a qualidade do ensino.

O seminário do Banco Mundial chamou de história de êxito para poucos o estado atual da Educação brasileira. Provou que a família brasileira deseja mais educação, mas não está organizada para cobrar esse direito. Por enquanto se contenta com a merenda. O que prova a extensão e a profundidade da crise geral do Brasil.